

Redes intermunicipais uma estratégia para as bibliotecas públicas

Luís Filipe Santos
Subdiretor geral

Bruno Duarte Eiras
Diretor de Serviços de Bibliotecas



RESUMO DA APRESENTAÇÃO

- Comunidades Intermunicipais e desenvolvimento do território
- Constituição de Redes Intermunicipais de Bibliotecas
- Apoio às Redes Intermunicipais de Bibliotecas
- Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Serviços das Bibliotecas Públicas

COMUNIDADES INTERMUNICIPAIS E DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO

Enquadramento

- Passados mais de 30 anos sobre a criação do Programa da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (RNBP), foram abertas ao público mais de 200 bibliotecas públicas municipais traduzindo um esforço considerável da administração central e local atendendo a que à data da criação do Programa não existiam praticamente bibliotecas públicas em Portugal.
- Desde 1993 que se realiza um inquérito anual por questionário às bibliotecas que integram a Rede, que visa recolher informação sobre os recursos e serviços nelas existentes. Esta análise permite não só aferir o grau de cumprimento do Programa da RNBP, como também definir estratégias para o futuro.

COMUNIDADES INTERMUNICIPAIS E DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO

Lógica de Intervenção

- As entidades beneficiárias são as Redes Intermunicipais de Bibliotecas formalmente constituídas através de acordos de cooperação, formando grupos de trabalho de técnicos superiores de biblioteca e documentação, representado cada uma das bibliotecas municipais dos concelhos integrantes da respetiva Comunidade Intermunicipal, podendo ou não, incluir outras instituições regionais consideradas relevantes pelos integrantes.

COMUNIDADES INTERMUNICIPAIS E DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO

- O princípio da descentralização administrativa foi estabelecido na Constituição da República Portuguesa de 1976, que define o Estado como unitário e estabelece que *“respeita a sua organização e funcionamento o regime autonómico insular e os princípios da subsidiariedade, da autonomia das autarquias locais e da descentralização democrática da administração pública”*
- Em 1984, com do Decreto-Lei n.º99/84, de 29 de Março, as associações de municípios passam a poder ser criadas como pessoas coletivas de direito público ao abrigo do direito privado.
- Foi com base neste diploma que em 1985 foi criada a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), que ainda hoje desempenha um papel crucial na defesa dos direitos e interesses dos municípios portugueses.

A network diagram with red nodes and lines on a dark red background, representing interconnected communities or data points.

COMUNIDADES INTERMUNICIPAIS E DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO

- Com a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, os municípios transformaram-se numa das principais origens dos projetos elegíveis para serem financiados por fundos comunitários, em particular pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER).
- No entanto, segundo diversos investigadores, a transferência de competências para a Administração Local, não foi acompanhada das necessárias transferências financeiras e meios técnicos necessários para levar a cabo as novas competências.

COMUNIDADES INTERMUNICIPAIS E DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO

- Com o intuito de reiniciar o processo de reorganização administrativa do país, em Maio de 2003, o XV Governo Constitucional, definiu, através das Lei n.º10/2003 e Lei n.º11/2003 a criação de novas unidades administrativas com o objetivo destas gerarem novas escalas territoriais que favorecessem a descentralização administrativa e a cooperação entre Municípios.
- Em 2008, o governo em funções, entendendo que o associativismo municipal que se verificava na altura não podia dar resposta a problemas e desafios de maior dimensão, nomeadamente aqueles que resultavam da nova Lei das Finanças Locais e do novo quadro de Referência Estratégica (QREN), estabeleceu um novo regime jurídico do associativismo municipal, através da Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto, revogando as Leis n.ºs 10/2003 e n.º 11/2003, de 13 Maio.

COMUNIDADES INTERMUNICIPAIS E DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO

- O Decreto-Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprovando o estatuto das entidades intermunicipais.
- De acordo com o artigo n.º 63, ponto 3, do DL n.º 75/2013 de 12 de Setembro, são entidades intermunicipais as áreas metropolitanas e as comunidades metropolitanas. Estas são definidas como associações de autarquias.
- Deverão ainda assegurar a articulação das atuações entre os municípios e os serviços da administração central nas seguintes áreas:
- (...) - Rede de equipamentos culturais, desportivos e de lazer.(...)

CONSTITUIÇÃO DE REDES INTERMUNICIPAIS DE BIBLIOTECAS

- Os grupos de trabalho intermunicipais baseiam-se na criação de uma Rede assente num trabalho colaborativo, respeitadora da individualidade de cada uma das unidades orgânicas que a compõem, criada com o intuito de prestar um melhor serviço público a todos os cidadãos, sobretudo aos que residam, trabalhem ou estudem na Comunidade Intermunicipal respetiva.


VANTAGENS

- Otimização dos recursos disponíveis, rentabilizando os serviços que se oferecem à Comunidade.
- Prestar um melhor serviço público a todos os cidadão das respetivas Comunidades;
- Melhorar e equilibrar os serviços disponibilizados em cada Biblioteca;
- Melhorar o acesso à informação Municipal;
- Promover e reforçar a identidade regional;
- Reduzir custos e ganhar escala.

GRUPOS DE TRABALHO INTERMUNICIPAIS COMO SE FORMAM

- *Acordos de Cooperação*

Esta modalidade de coadministração assenta na outorga de acordos de cooperação entre dois ou mais municípios para a realização de um fim concreto e específico (por exemplo, a realização de um empreendimento intermunicipal ou a gestão unificada de um serviço público local), “que se esgota com a sua concretização e da qual não resulta a constituição de qualquer ente jurídico.”



GRUPOS DE TRABALHO INTERMUNICIPAIS COMO SE FORMAM

- *Acordos de Cooperação*

Através desta figura jurídica, dois ou mais municípios podem, por exemplo, estabelecer parcerias ou redes interinstitucionais para a realização de determinadas atividades de caráter técnico e administrativo, associando meios humanos, financeiros e materiais de modo a alcançar economias de escala e maiores condições de eficácia na prestação dos “serviços”.

CONSTITUIÇÃO DE REDES INTERMUNICIPAIS DE BIBLIOTECAS



Contacto entre a DGLAB e a Comunidade Intermunicipal



Agendamento de reunião com o Presidente ou Secretário Executivo CIM



Agendamento de reunião com os/as bibliotecários(as)



Constituição do grupo de trabalho de bibliotecas da CIM



Definição do termos do acordo de cooperação



Assinatura do acordo de cooperação entre a DGLAB e a CIM

APOIO ÀS REDES INTERMUNICIPAIS DE BIBLIOTECAS



Acompanhamento técnico nas reuniões grupos de trabalho



Partilha de conhecimentos e de boas práticas



Elemento moderador no grupo de trabalho



Elemento orientador dos trabalhos com propostas de intervenção



Apoios pontuais a atividades ou eventos



Ofertas e apoios diversos (formação, livros, etc.)

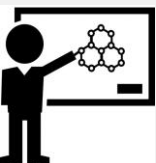
APOIO ÀS REDES INTERMUNICIPAIS DE BIBLIOTECAS



Contactos com 11 Comunidades Intermunicipais



Acordos de cooperação assinados com 5 Comunidades Intermunicipais



Oferta de 3 ações de formação para 60 bibliotecários de 4 CIM (28 horas/cada)

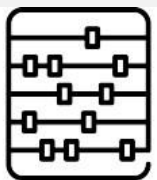


Oferta de um conjunto de publicações da editora Tinta da China e Glaciar



Acompanhamento de 8 grupos de trabalho de Redes Intermunicipais (mensal)

APOIO ÀS REDES INTERMUNICIPAIS DE BIBLIOTECAS



Presença em 47 reuniões dos grupos de trabalho*



Realização de 11 visitas técnicas a bibliotecas públicas*



16.100 km percorridos de norte a sul do país (CIM)*

- Presença nas 23 finais regionais (intermunicipais) Concurso Nacional de Leitura 2017/2018.
- Integração de 14 novas bibliotecas na Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (227 pertencentes à RNBP; 75 não integradas)

*Desde janeiro 2017





○ CIM com acordo de cooperação assinado

○ CIM a agendar data de assinatura do acordo de cooperação

○ CIM com reuniões efetuadas com Presidentes ou Secretários Executivos CIM





Rede Nacional de Bibliotecas Públicas: fase II

- Três décadas passaram após a criação da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas;
- Estratégia de criação de redes intermunicipais de bibliotecas assente num contacto direto com as CIM e de proximidade com as bibliotecas;
- Promoção de trabalho em rede descentralizado, de âmbito regional que tem fomentado o conhecimento mútuo;
- Reforço da identidade territorial e evidenciado a importância das bibliotecas públicas no combate às diferentes formas de exclusão e no fortalecimento das comunidades;
- Criação de um novo programa de apoio técnico e financeiro para desenvolvimento de serviços das bibliotecas públicas.

Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Serviços das Bibliotecas Públicas

Objetivos

- Afirmar, junto das comunidades, o papel das bibliotecas públicas municipais, reforçando a sua função de equipamentos de proximidade com diferentes valências: culturais, informativas, formativas e de cidadania;
- Contribuir para a atração de novos públicos: diferentes necessidades e interesses;
- Aumento da utilização dos recursos e serviços das bibliotecas públicas, rentabilizando assim a qualidade dos equipamentos instalados e o investimento realizado ao longo de três décadas, bem como valorizar os serviços de biblioteca pública já prestados às populações;
- Redução das desigualdades e das assimetrias nacionais, que também se verificam no serviço de biblioteca pública, como forma de valorização e desenvolvimento dos territórios mais periféricos.

Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Serviços das Bibliotecas Públicas

Objetivos

- Fomentar a constituição e desenvolvimento de redes intermunicipais de bibliotecas, da oferta e diversificação de recursos e serviços que potenciem as bibliotecas enquanto serviços públicos de proximidade;
- Rentabilizar os recursos existentes na região incluindo nestas redes, sempre que tal for considerado relevante, outras entidades e instituições que concorram para os mesmos objetivos, como por exemplo instituições do ensino superior, arquivos e museus, fundações ou outras entidades afins;
- Alargar e diversificar os serviços prestados pelas bibliotecas públicas, integrando outras entidades para além da área da Cultura, nomeadamente nas áreas da Modernização Administrativa, Emprego, Turismo, Ciência, etc.

Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Serviços das Bibliotecas Públicas

Destinatários

- Comunidades Intermunicipais (CIM) e Áreas Metropolitanas (AM), prioritariamente nas regiões com menor cobertura de serviço de biblioteca pública ou com indicadores de desempenho mais frágeis;
- CIM/AM com grupos de trabalho de bibliotecas, redes intermunicipais em funcionamento e com Acordo de Cooperação formalizado com a DGLAB.



Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Serviços das Bibliotecas Públicas

Financiamento

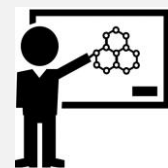
- A dotação orçamental do Programa será a que for inscrita anual no orçamento da DGLAB, aproveitando ainda as oportunidades dos fundos comunitários inscritos no Programa Portugal 2020, tais como POISE (Plano Operacional de Inclusão Social e Emprego, POCH (Plano Operacional de Capital Humano), SAMA (Modernização Administrativa).

Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Serviços das Bibliotecas Públicas

Linhas de ação



Bibliotecas Itinerantes



Formação Profissional



Coleção



Promoção da Leitura e das Literacias



Tecnologias de Informação e Comunicação

Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Serviços das Bibliotecas Públicas

Linhas de ação



Bibliotecas Itinerantes

Objeto de financiamento

Aquisição do veículo e respetiva transformação;

Coleção;

Informatização do serviço (hardware, software e comunicações).

Objetivos

Contribuir para a disponibilização de um serviço de biblioteca pública nos municípios onde este é inexistente, ou alargá-lo a uma região, promovendo o trabalho em rede entre bibliotecas e a consequente partilha de recursos e serviços.

Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Serviços das Bibliotecas Públicas

Linhas de ação



Bibliotecas Itinerantes

Entidades beneficiárias

Comunidades Intermunicipais/ Áreas Metropolitanas, com prioridade para as que integrem municípios sem serviço de biblioteca pública.

Taxa de financiamento/DGLAB

90 % do valor considerado elegível pela DGLAB

Requisitos mínimos a observar

Um técnico com formação específica na área de Biblioteca e Documentação.

Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Serviços das Bibliotecas Públicas

Linhas de ação



Bibliotecas Itinerantes

As entidades beneficiárias comprometem-se a

- Definir pelo menos um percurso estável de circulação com um mínimo de paragens;
- Garantir a gestão coletiva da coleção ou do equipamento;
- Garantir o acesso universal e gratuito ao serviço;
- Garantir a diversidade, abrangência e atualização da coleção;
- Garantir o serviço de empréstimo domiciliário;
- Disponibilizar um espaço físico de apoio ao serviço, incluindo um depósito de difusão e espaço de garagem para o veículo;
- Afetar um técnico com formação na área de Biblioteca Documentação.

Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Serviços das Bibliotecas Públicas

Linhas de ação



Coleção

Objeto de financiamento

- Obras de ficção e não ficção para adultos, jovens e crianças (coleção BM);
- Outros recursos de informação;
- Materiais para utilizadores com necessidades especiais.

Objetivos

- Contribuir para a atualização e renovação das coleções em diferentes suportes;
- Assegurar a gestão coletiva das coleções.

Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Serviços das Bibliotecas Públicas

Linhas de ação



Coleção

Entidades beneficiárias

Comunidades Intermunicipais / Áreas Metropolitanas com bibliotecas com coleções desatualizadas e/ou que não integrem documentos em diferentes suportes.

Taxa de financiamento/DGLAB

50 % do valor considerado elegível pela DGLAB

Requisitos mínimos a observar

Um técnico com formação na área de Biblioteca e Documentação por município.

Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Serviços das Bibliotecas Públicas

Linhas de ação



Coleção

As entidades beneficiárias comprometem-se a

- Garantir a gestão coletiva das coleções;
- Garantir uma coleção abrangente, atualizada e em diferentes suportes;
- Garantir o acesso universal e gratuito à mesma;
- Garantir um espaço físico adequado para disponibilização da coleção;
- Garantir a sua disponibilização em livre acesso;
- Garantir a sua consulta no local e o empréstimo domiciliário;

Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Serviços das Bibliotecas Públicas

Linhas de ação

Coleção

As entidades beneficiárias comprometem-se a

Garantir, no caso dos recursos digitais, os equipamentos necessários para a sua consulta/leitura;

Aprovação de documento relativo à gestão da coleção;

Afetar, à gestão da coleção, um técnico com formação específica na área de Biblioteca e Documentação;

Reforçar, nos anos subsequentes, a aquisição de novos *itens* num montante não inferior a 10% do montante financiado.

Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Serviços das Bibliotecas Públicas

Linhas de ação



Tecnologias de Informação e Documentação

Objeto de financiamento

Hardware;

Software;

Serviços.

Objetivos

Apoiar a informatização das bibliotecas

Apoiar a criação de novos serviços com recurso às TIC.

Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Serviços das Bibliotecas Públicas

Linhas de ação



Tecnologias de Informação e Documentação

Entidades beneficiárias

Redes Intermunicipais de bibliotecas de acordo com as seguintes prioridades:
Bibliotecas não informatizadas ou cuja rede/equipamento e nível de serviços se revele insuficiente ou obsoleto face a necessidades atuais;
Desenvolvimento de serviços inovadores e inclusivos no âmbito das TIC.

Taxa de financiamento/DGLAB

50 % do valor considerado elegível pela DGLAB

Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Serviços das Bibliotecas Públicas

Linhas de ação



Tecnologias de Informação e Documentação

Requisitos mínimos a observar

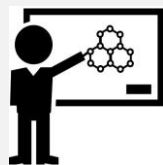
Um técnico com formação específica na área de Biblioteca e Documentação (BD);
Disponibilização de apoio técnico na área das TIC, por parte dos serviços do município ou de outras entidades.

As entidades beneficiárias comprometem-se a

Garantir o acesso universal e gratuito aos equipamentos e serviços;
Disponibilizar um espaço físico para o serviço com tecnologia (Wi-Fi);
Afetar, ao serviço um técnico com formação na área de Biblioteca e Documentação;

Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Serviços das Bibliotecas Públicas

Linhas de ação



Formação Profissional

Objeto de financiamento

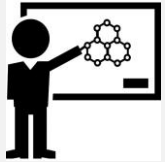
Cursos e ações de formação profissional na área das bibliotecas e documentação, ou relacionadas, preferencialmente em regime de formação à distância, de acordo com propostas a apresentar pelas Redes Intermunicipais de Bibliotecas e/ou pela DGLAB.

Objetivos

Promover a qualificação dos técnicos das bibliotecas, promovendo a cooperação e o trabalho em rede.

Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Serviços das Bibliotecas Públicas

Linhas de ação



Formação Profissional

Beneficiários

Técnicos de biblioteca e documentação a exercer funções em bibliotecas das Redes Intermunicipais.

Taxa de financiamento/DGLAB

100 % do valor considerado elegível pela DGLAB

Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Serviços das Bibliotecas Públicas

Linhas de ação



Formação Profissional

Requisitos mínimos a observar

Aprovação prévia, pela DGLAB, das propostas de formação certificada que deverão obrigatoriamente incluir: designação do curso ou ação, objetivos, entidade formadora, CV do formador, regime de formação, orçamento, calendarização, n.º de horas, n.º de formandos e identificação dos formandos.

Os beneficiários comprometem-se a

Frequentar as ações e cursos de formação para os quais foram selecionados;
Apresentar relatório com avaliação da ação e/ou curso de formação frequentado.

Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Serviços das Bibliotecas Públicas

Linhas de ação



Promoção da Leitura e das Literacias

Objeto de financiamento

Atividades de promoção da leitura e das literacias destinadas aos diferentes públicos;
Ações de formação de públicos destinadas aos diferentes públicos;
Ações de formação para animadores e mediadores das bibliotecas públicas.

Objetivos

Apresentação de uma proposta de trabalho na área da promoção das literacias com indicação dos públicos-alvo, objetivos e metas a atingir;

Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Serviços das Bibliotecas Públicas

Linhas de ação



Promoção da Leitura e das Literacias

Beneficiários

Técnicos de biblioteca e documentação a exercer funções em bibliotecas das Redes Intermunicipais;

Utilizadores das Redes Intermunicipais de Bibliotecas.

Taxa de financiamento/DGLAB

100 % do valor considerado elegível pela DGLAB

[As entidades beneficiárias são responsáveis pelas despesas de deslocação, refeições e alojamento dos formadores e animadores.]

Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Serviços das Bibliotecas Públicas

Linhas de ação



Promoção da Leitura e das Literacias

Requisitos mínimos a observar

Apresentação de um plano de trabalho de promoção das literacias adaptado aos diferentes públicos da comunidade local;

Os beneficiários comprometem-se a

Assistir às ações para os quais foram selecionados;

Apresentar relatório com avaliação da ação, onde deve ser incluída também a opinião dos restantes participantes.

Redes intermunicipais uma estratégia para as bibliotecas públicas

Muito obrigado!

Luís Filipe Santos luis.santos@dglab.gov.pt
Bruno Duarte Eiras bruno.eiras@dglab.gov.pt